



CÂMARA MUNICIPAL DO CABO
ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO
 Dezembro(31/12/2017)

Exercício de 2017

ISOLADO:1 - CÂMARA MUNICIPAL DO CABO DE SANTO AGOSTINHO

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	54.028,73	202.431,45	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	28.706.251,99	24.972.724,16
<u>TESOURO</u>	<u>54.028,73</u>	<u>202.431,45</u>	<u>TESOURO</u>	<u>28.706.251,99</u>	<u>24.972.724,16</u>
GERAL	54.028,73	202.431,45	ORDINARIO	28.706.251,99	24.972.724,16
<u>RECURSOS ORDINÁRIOS</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	4.970.142,67	5.268.967,90
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	28.484.652,11	24.637.058,51	<u>RESTOS A PAGAR (PAGOS)</u>	<u>68.528,84</u>	<u>3.197,24</u>
<u>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS</u>	<u>28.484.652,11</u>	<u>24.637.058,51</u>	RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	68.528,84	0,00
REPASSE RECEBIDO	28.484.652,11	24.637.058,51	RP PROCESSADO PAGO	0,00	3.197,24
EXTRA-ORÇAMENTARIA	4.914.716,42	5.165.666,41	<u>CONSIGNAÇÕES</u>	<u>4.899.446,42</u>	<u>5.265.770,66</u>
<u>RESTOS A PAGAR (INSCRIÇÃO)</u>	<u>10.006,65</u>	<u>11.165,15</u>	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	2.829.117,85	1.808.333,15
RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	10.006,65	11.165,15	INSS	1.351.635,94	1.435.333,20
<u>CONSIGNAÇÕES</u>	<u>4.902.542,36</u>	<u>5.154.501,26</u>	ISS	8.701,36	7.255,97
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	2.831.160,62	1.799.709,40	OUTROS CONSIGNATÁRIOS	25.916,04	34.473,80
INSS	1.351.635,95	1.435.884,58	OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	0,00	147.328,43
ISS	9.068,86	7.545,76	PENSÃO ALIMENTÍCIA	39.846,55	26.544,95
OUTROS CONSIGNATÁRIOS	25.916,04	34.393,68	RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	484.171,18	1.676.051,45
OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	0,00	41.161,00	RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES	21.496,31	12.930,12
PENSÃO ALIMENTÍCIA	39.846,55	26.544,97	RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS	138.561,19	117.519,59
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	484.174,18	1.676.051,45	<u>CRÉDITOS À RECEBER</u>	<u>2.167,41</u>	<u>0,00</u>
RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES	21.496,31	12.930,12	VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	2.167,41	0,00
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS	139.243,85	120.280,30	SALDOS P/O EXERC. SEGUINTE	408.384,33	631.381,73
<u>CRÉDITOS À RECEBER</u>	<u>2.167,41</u>	<u>0,00</u>	<u>CAIXA</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	2.167,41	0,00	<u>CONTA ÚNICA</u>	<u>408.384,33</u>	<u>0,00</u>
SALDOS DO EXERC. ANTERIOR	631.381,73	867.917,42	<u>BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS</u>	<u>0,00</u>	<u>631.381,73</u>
<u>CONTA ÚNICA</u>	<u>631.381,73</u>	<u>0,00</u>	TOTAL	34.084.778,99	30.873.073,79
<u>BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS</u>	<u>0,00</u>	<u>867.917,42</u>			
TOTAL	34.084.778,99	30.873.073,79			

MÁRIO ANDERSON DA SILVA BARRETO
 PRESIDENTE
 039.451.024-05

RAMIRO BEZERRA DA ROCHA NETO
 CONTADOR
 089.572.464-28

Documento Assinado Digitalmente por: RAMIRO BEZERRA DA ROCHA NETO, MARIO ANDERSON DA SILVA BARRETO
 Acesse em: https://ecec.tce.pe.gov.br/eppp/validarDoc.seam?codigo=4323f262-cdb8-4c24-8ab9-bb47533b6287

NOTAS EXPLICATIVAS
BALANÇO FINANCEIRO
Órgão: Câmara Municipal do Cabo de Santo Agostinho - Exercício: 2017
Município: Cabo de Santo Agostinho



a) INFORMAÇÕES GERAIS:

Nome da Entidade:

Câmara de Vereadores do Cabo de Santo Agostinho

CNPJ:

08.147.415/0001-02

Endereço da entidade:

Rua Tenente Manuel Barbosa da Silva nº 131, Bairro Centro, CEP: 54.510-005

Natureza jurídica da entidade:

A Câmara de Vereadores do Cabo de Santo Agostinho -PE é concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 106-6 “Órgão Público do Poder Legislativo Municipal”.

Natureza das operações e principais atividades da entidade:

A Câmara de Vereadores do Cabo de Santo Agostinho -PE possui como atividade principal a “Administração pública em geral”. Durante o exercício de 2017 a execução orçamentária baseou-se na Lei Municipal nº 3.165, de 19 de dezembro de 2016 (LOA 2017). Sua atividade financeira origina-se, exclusivamente, do recolhimento de duodécimo da Prefeitura Municipal, da arrecadação de rendimentos de depósitos bancários.

Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal nº 4.320/64, Portaria Conjunta STN/SOF nº 01 de 10 de dezembro de 2014 e Portaria STN nº 840 de 21 de dezembro de 2016 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, 7ª edição. Os procedimentos de registro, mensuração e evidenciação obedecem no todo ou em parte no que couber às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a NBCT SP 16.6 (R1).

Nome do Gestor:

Mário Anderson da Silva Barreto cargo: Presidente, Período de Gestão: 01/01/2017 a 31/12/2017.

Nome e CRC do contador responsável:

Ramiro Bezerra da Rocha Neto, CRC nº 028.738/O-0.

b) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

Bases de Mensuração utilizadas:

De acordo com o MCASP, p. 156, 7ª edição, o objetivo da mensuração é selecionar bases que reflitam de modo mais adequado o custo dos serviços, a capacidade operacional e a capacidade financeira da entidade de forma que seja útil para a prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão. No caso das entidades deste município, as bases de mensuração utilizadas nos elementos patrimoniais estão de acordo com o exposto na Parte II do MCASP, 7ª edição.

Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças que levem a alguma alteração significativa no Balanço Financeiro.

Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Não houve julgamentos pela aplicação das políticas contábeis no que se refere ao Balanço Financeiro.

Crítérios para Reconhecimento de Receita e Despesa Orçamentária:

As receitas e despesas orçamentárias estão elencadas por sua fonte/destinação de recurso. As receitas são reconhecidas pelo regime de caixa e a despesa de acordo com seu empenhamento, conforme art. 60 da Lei Federal nº 4.320/64. Ao final do exercício, as despesas empenhadas e não pagas, reconhecidas como restos a pagar, são acrescidas do lado dos “Ingressos” como “Recebimento Extraorçamentário”.

NOTAS EXPLICATIVAS
BALANÇO FINANCEIRO
Órgão: Câmara Municipal do Cabo de Santo Agostinho - Exercício: 2017
Município: Cabo de Santo Agostinho



Critérios para Reconhecimento de Receita e Despesa Extraorçamentária:

As contas listadas como Receitas Extraorçamentárias são aquelas que transitaram positivamente no sistema financeiro. Enquadram-se, ainda neste grupo, os valores inscritos em restos a pagar que seguem o parágrafo único do artigo 103, da Lei Federal 4.320/64.

As contas listadas como despesas extraorçamentárias são todas aquelas cujos valores transitaram negativamente em contas do sistema financeiro. Ex: Consignações retidas em folha de pagamento.

c) BALANÇO FINANCEIRO E SEUS ASPECTOS:

O Balanço Financeiro, de acordo com o previsto no art. 103 da lei 4.320/64, evidencia a receita e a despesa orçamentárias, além dos recebimentos e pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em caixa provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

O Balanço Financeiro, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, 7ª edição, é composto por um único quadro que demonstra a movimentação financeira das entidades do setor público, demonstrando:

- A receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recurso, separadas em ordinárias e vinculadas;
- Os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários;
- As transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária, destacando os aportes de recursos para o RPPS; e
- O saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte.

Receitas e Despesas ordinárias:

Compreendem as receitas orçamentárias, líquidas das deduções, e despesas orçamentárias de livre alocação entre a origem e a aplicação dos recursos.

Receitas e Despesas orçamentárias vinculadas:

Compreendem as receitas orçamentárias, líquidas das deduções, e despesas orçamentárias cuja aplicação dos recursos é definida em lei, de acordo com sua origem. A identificação das vinculações pode ser feita por meio do mecanismo fonte/destinação de recurso. As fontes/destinações de recurso indicam como são financiadas as despesas orçamentárias, atendendo a sua legislação legal.

Transferências Financeiras concedidas e recebidas:

Refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da administração direta e indireta, podendo ser orçamentárias ou extraorçamentárias.

Recebimentos extraorçamentários:

Compreendem os ingressos não previstos no orçamento. Por exemplos: Consignações e restos a pagar.

Pagamentos extraorçamentários:

Compreendem os pagamentos que não precisam se submeter ao processo de execução orçamentária. Por exemplo: Restos a pagar pagos no exercício.

Saldo do Exercício Anterior e Saldo para o Exercício seguinte:

Compreende os recursos financeiros e o valor das entradas compensatórias no ativo e passivo financeiro, que serão demonstradas na linha Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados.

d) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:

1. Comportamento da Arrecadação:

Arrecadação Orçamentária: 54.028,73 referentes a Rendimentos de Aplicação.

Transferências Financeiras Recebidas: Em 2017, a Prefeitura Municipal repassou R\$ 28.484.652,11 à Câmara, sendo R\$ 28.219.898,40 do Duodécimo e R\$ 264.753,71 destinado para folha de pensionista e aposentadoria.



NOTAS EXPLICATIVAS
BALANÇO FINANCEIRO
Órgão: Câmara Municipal do Cabo de Santo Agostinho - Exercício: 2017
Município: Cabo de Santo Agostinho

Arrecadação Extra orçamentária: Em 2017, os ingressos extra orçamentários totalizaram R\$ 4.914.716,42, todos provenientes de consignações e restos a pagar inscritos.

2. Comportamento da Despesa:

Despesa Executada: Em 2017, a despesa orçamentária da Câmara totalizou R\$ 28.706.251,99, oriundo de despesas correntes e de capital.

Transferências Financeiras Concedidas: Não houve transferência concedidas.

Despesa Extra orçamentária: Em 2017, esses dispêndios totalizaram R\$ 4.970.142,67. Esse montante se deu pelo pagamento de restos a pagar (R\$ 68.528,84), consignações (R\$ 4.899.446,42) e créditos a receber (R\$ 2.167,41).

3. Saldos bancários:

Saldo Financeiro do Exercício Anterior: Em 31/12/2016, o valor disponível em banco foi de R\$ 631.381,73, extraídos de Conta Única.

Saldo Financeiro para Exercício Seguinte: O valor disponível no banco em 31/12/2017 foi R\$ 408.384,33.

4. Resultado Financeiro em 2017:

Ao comparar a disponibilidade bancária do final do exercício de 2016 (R\$ 631.381,73) com o valor disponível em 31/12/2017 (R\$ 408.384,33), houve uma variação negativa de R\$ 222.997,40.

5. Detalhamento das Deduções da Receita Orçamentária por Fonte/Destinação de Recursos:

Nada consta para este demonstrativo.

6. Eventuais Ajustes Relacionados às Retenções, bem como Outras Operações que impactem diretamente o Balanço Financeiro:

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

e) Outras Informações Relevantes:

1. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:

Não se aplica a este demonstrativo.

2. Divulgações não financeiras:

Não se aplica a este demonstrativo.

3. Reconhecimentos de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não se aplica a este demonstrativo.

4. Ajustes decorrentes de omissões e erros de registro:

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

5. Adequação ao PIPCP:

As informações apresentadas neste Balanço Financeiro, com base nos seus elementos constituintes e suas peculiaridades, foram geradas a partir do atendimento aos prazos estabelecidos na adequação dos itens verificados no PIPCP (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais), em consonância ao §4º do artigo 1º da Portaria STN nº 548/2015.

Cabo de Santo Agostinho, 09/03/2018.